

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 536 - Brasília, quinta-feira, 4 de setembro de 1997

Comissão aprova fim do segundo turno para prefeito e governador

Emenda cria a possibilidade de o presidente se eleger em primeiro turno com 40% dos votos, desde que a diferença em relação ao segundo colocado seja igual ou superior a 10 pontos percentuais



O plenário da CCJ foi palco de longa discussão durante o exame da proposta que acaba com o segundo turno nas eleições para prefeito e governador

O segundo turno nas eleições de governador e de prefeito pode acabar. A Comissão de Justiça aprovou ontem parecer favorável a proposta de emenda constitucional nesse sentido. De autoria de Júlio Campos e relatada por Francelino Pereira, a emenda também abre a possibilidade de o presidente da República ser eleito em primeiro turno com 40% dos votos, desde que a diferença em relação ao segundo colocado seja de 10 pontos percentuais. **Página 4**

Magistrado sem regra especial na Previdência

Categoria seguirá norma geral dos servidores, conforme emenda acolhida pela CCJ no encerramento da votação da Previdência. Pág. 5

Orçamento e terra, temas de audiências

A CAE reúne-se às 10h para uma audiência pública sobre proposições que tratam da questão agrária. A Comissão de Orçamento ouve Antônio Kandir às 14h30. **Página 2**

Antonio Carlos (C) preside sessão solene dedicada a Hraoui (segundo à esquerda). Também na mesa, Patrocínio, Temer e Francelino



Congresso homenageia o presidente do Líbano

Homenageado ontem em sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o presidente do Líbano, Elias Hraoui, manifestou apoio ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro permanente. **Página 3**

Presidente do Inkra é convidado a debater com MST, Contag, CNA e prefeito de Alta Floresta a dificuldade da reforma agrária

CAE discute em audiência pública questão da terra

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 10h, para audiência pública com a finalidade de debater as proposições em tramitação no Congresso relativas à questão agrária, além do programa "Cédula da Terra".

Estarão presentes Milton Seligman, presidente do Inkra; Gilmar Mauro, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; Francisco Urbano, presidente da Contag; Vicente de Riva, prefei-

to de Alta Floresta (MT); e Gilman Viana Rodrigues, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

A Comissão Especial da Amazônia, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), reúne-se para ouvir José Cesário de Barros, consultor do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, sobre o programa "Defesa Ambiental da Amazônia através de Consórcios Ecológicos". Na mesma reunião os senadores fa-



Serra preside reunião da CAE às 10h

ção uma avaliação do seminário promovido recentemente pela comissão em Belém (PA) e definirão as atividades a serem ainda desenvolvidas.

Kandir vem explicar o Orçamento

Sob a presidência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a Comissão Mista de Orçamento realiza às 14h30 de hoje audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que prestará esclarecimentos sobre a proposta de Orçamento para

1998, encaminhada ao Congresso pelo governo no último dia 31.

De manhã, às 10h, a comissão se reunirá para apreciar o relatório do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) sobre a execução orçamentária do Plano Plurianual relativa ao ano de 1996 e quatro projetos do Exe-

cutivo suplementando recursos para os seguintes órgãos: ministérios da Educação e do Desporto, Previdência e Assistência Social, Trabalho e Cultura (R\$ 44,4 milhões); Marinha (R\$ 17,1 milhões); Educação e Desporto (R\$ 331,1 mil); e Câmara dos Deputados (R\$ 221,2 milhões).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Obs: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu jubileu de prata. Oradores inscritos: Bernardo Cabral, Jefferson Péres, Ernandes Amorim, Nabor Júnior, Romeu Tuma e Sebastião Rocha.

Ordem do Dia - Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 114/95, que dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos.

COMISSÕES

10h - Comissão do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: 1ª parte: Avaliação do seminário realizado em Belém - PA.

2ª parte: Exposição do consultor do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, José Cesário de Barros, sobre o Programa "Defesa Ambiental da Amazônia através de Consórcios Ecológicos".

3ª parte: Definição das futuras atividades da comissão. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com a finalidade de debater as proposições em tramitação no Congresso Nacional relativas à questão agrária, além do programa "Cédula da Terra".

Convidados: presidente do Inkra, Milton Seligman; representante do MST, Gilmar Mauro; presidente da Contag, Francisco Urbano, prefeito de Alta Floresta - MT, Vicente de Riva, e o vice-presidente da CNA, Gilman Viana Rodrigues. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Análise do relatório sobre a execução do Plano Plurianual para o período 1996/1999, relativo ao exercício de 1996; "Parecer ao PL nº 11/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 44,43 milhões, para os fins que especifica; "Parecer ao PL nº 13/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal da União, em favor do Ministério da Marinha, crédito suplementar no valor de R\$ 17,1 milhões, para os fins que especifica; "Parecer ao PL nº 17/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito especial até o limite de R\$ 331,1 mil, para os fins que especifica; e "Parecer ao PL nº 22/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de R\$ 221,16 milhões, para os fins que especifica. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

14h30 - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para esclarecimentos acerca do Projeto de Lei Orçamentária para 1998. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

9h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Reunião de eleição da Mesa Diretora. Plenário 8 - Anexo II da Câmara dos Deputados

Plenário aprecia projeto sobre convênio médico

O plenário do Senado discute hoje projeto de lei da Câmara que obriga as empresas a manter os empregados demitidos sem justa causa, por um período que varia de três a 12 meses, no mesmo convênio médico a que teriam direito se estivessem em serviço.

O autor do projeto, deputado Hélio Bicudo (PT-SP), argumenta que a medida assegura ao empregado demitido, por um prazo razoável à obtenção de um novo trabalho, o mesmo padrão de assistência médico-hospitalar a que estava habituado.

Senado homenageia Rede Amazônica

Na sessão de hoje o Senado Federal presta homenagem à Rede Amazônica de Rádio e Televisão, no tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente. A rede comemora seu jubileu de prata.

Além do autor do requerimento, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), estão

inscritos para falar os senadores Jefferson Péres (PSDB-AM), Ernandes Amorim (PPB-RO), Nabor Júnior (PMDB-AC), Romeu Tuma (PFL-SP), Sebastião Rocha (PDT-AP), Flaviano Melo (PMDB-AC), Gilberto Miranda (PFL-AM) e José Bianco (PFL-RO).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Marcusso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Vea no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Presidente Elias Hraoui reafirma apoio à escolha do Brasil para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas e assegura que seu país é capaz de garantir a integridade da fronteira nas áreas em conflito

Líbano quer ampliar laços com brasileiros

O presidente do Líbano, Elias Hraoui, reafirmou ontem, durante a sessão solene do Congresso Nacional em sua homenagem, o apoio de seu país à entrada do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Ele enfatizou que deseja um futuro

melhor para a ONU, "o que exige um aperfeiçoamento de sua estrutura e de seus papéis".

Elias Hraoui destacou que seu país é capaz de garantir a segurança na fronteira das áreas em conflito na região e pediu a aplicação da Resolução nº 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 1978, que,

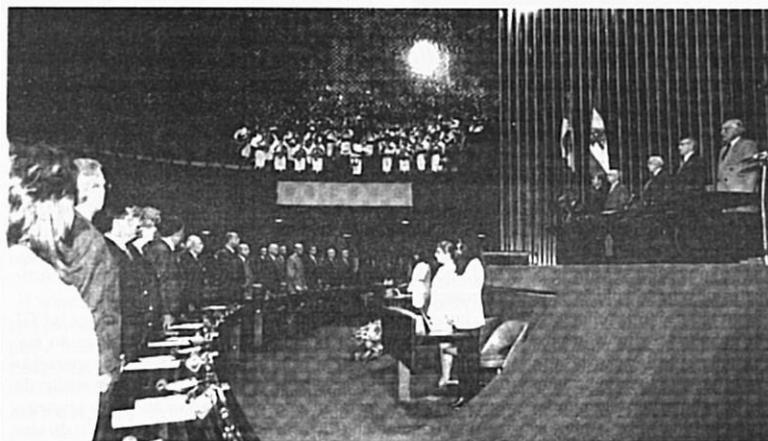
observou, determina a retirada de tropas estrangeiras do território libanês.

O presidente libanês declarou esperar "um maior apoio do Brasil e dos brasileiros" à causa libanesa, argumentando que "a vitória da paz justa e integral é a vitória da paz mundial, e o seu fracasso, no Oriente Médio,

será o fracasso dos princípios do direito, da justiça e da legalidade internacional".

Ele convidou o Brasil para um trabalho conjunto, a fim de estabelecer bases para mútua cooperação, "não apenas no plano econômico, mas também no político, cultural e do desenvolvimento".

Elias Hraoui destacou que, dentro do quadro de oportunidades a serem aproveitadas por empresários dos dois países, está a candidatura do Líbano à presidência da Câmara de Comércio Internacional para o biênio 1999/2000, "o que constitui um evento importante e uma oportunidade distinta".



Na sessão solene do Congresso, os parlamentares enfatizaram o direito libanês à integridade territorial

Defesa da soberania é o destaque

A defesa da soberania libanesa e o direito de o país recuperar todo o seu território, com a saída das forças estrangeiras que ainda ocupam algumas de suas regiões, foi o tema central da sessão solene em que o Congresso Nacional homenageou ontem o presidente do Líbano, Elias Hraoui. Os oradores destacaram, ainda, a expressiva presença dos libaneses e de sua cultura em todas as regiões brasileiras.

O presidente Elias Hraoui e sua comitiva foram recepcionados no Salão Nobre do Senado pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, que tinha a seu lado o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Após trocarem impressões sobre as relações entre os dois países, Antonio Carlos Magalhães convidou o presidente libanês a assinar o livro de visitantes ilustres, e dirigiram-se ao plenário do

Senado, onde foi realizada a sessão solene de homenagem ao Líbano.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) saudou o visitante em nome do Senado e o deputado Ricardo Izar, em nome da Câmara. Os dois parlamentares destacaram o fato de o Brasil concentrar a maior colônia libanesa do mundo.

Parlamentares destacam que o Brasil concentra a maior comunidade libanesa de todo o mundo

Ambos fizeram defesa veemente do direito do Líbano à soberania e pediram apoio à implementação da resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que determinou a saída das tropas de ocupação estrangeira do território libanês.

Os pronunciamentos dos presidentes Elias Hraoui e

Antonio Carlos Magalhães também enfatizaram o direito libanês à soberania e integridade territorial e a importância do acatamento das resoluções da ONU para a promoção da democracia, da paz e do progresso internacionais.

Ao final do discurso do presidente libanês registrou-se um incidente: Luiz Campos Ribeiro, 21 anos, ameaçou jogar-se das galerias sobre o plenário, em protesto contra o caso de duas crianças brasileiras que teriam sido seqüestradas pelo pai e levadas ao Líbano. O jovem, estudante desempregado, residente em Taguatinga há cinco meses, teria tomado conhecimento do caso em um programa de televisão. Por determinação do presidente do Congresso, foi imediatamente retirado do recinto por seguranças da Casa e conduzido à 2ª Delegacia de Polícia.

ACM pede cumprimento das resoluções da ONU

Ao encerrar ontem a sessão solene do Congresso Nacional, o presidente Antonio Carlos Magalhães destacou o empenho do Brasil em ver acatadas as resoluções da Organização das Nações Unidas, afirmando que esse é um compromisso do país, se for escolhido para membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

O senador considerou "indispensável" o cumprimento da Resolução 425, que determinou a saída de todas as tropas estrangeiras do território libanês. "Não se pode falar em legali-

dade internacional, deixando que a situação do Líbano permaneça como se encontra."

ACM reafirmou que "pela palavra do presidente Fernando Henrique Cardoso, e dos oradores do Congresso Nacional, o povo libanês pode contar com a solidariedade e o apoio do povo brasileiro".

O senador lembrou e lamentou o "paradoxo" de o país que criou a primeira faculdade de Direito do mundo estar sendo "vítima" da violação de seu direito à integridade territorial e à soberania.

Para Ramez Tebet, paz é indispensável à reconstrução

Ao homenagear, em nome do Senado, o presidente do Líbano, Elias Hraoui, durante a sessão solene do Congresso Nacional, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) exortou as lideranças árabes e israelenses a perseverar na busca da paz. Ele considerou importante que o Brasil intensifique o seu relacionamento com o Líbano em todos os níveis, para que essas ações resultem "em um salto qualitativo", que beneficie os dois países.

Tebet afirmou que a paz na região, "possível - até mesmo por ser indispensável", constitui condição para o impulso e continuidade da reconstrução libanesa. Disse que "o Brasil apóia firmemente os termos" da resolução do Conselho de Segurança da ONU que determina a retirada de tropas estrangeiras do território libanês.

O senador lembrou que o



Tebet: comunidade atuante

Brasil abriga a maior comunidade de descendência libanesa em todo o mundo e que seus emigrantes trouxeram o progresso e incentivaram o comércio e a indústria. Destacou ainda que hoje a comunidade libanesa se faz representar no Congresso com 35 deputados e cinco senadores, detendo mandatos de governadores em cinco estados da Federação, além de prefeitos e vereadores.



O plenário da CCJ aprovou integralmente o substitutivo de Francelino Pereira à proposta de emenda de Júlio Campos

Como votaram os senadores

Votaram a favor do fim do segundo turno os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Romeu Tuma (PFL-SP), Jáder Barbalho (PMDB-PA), José Fogaça (PMDB-RS), Renan Calheiros (PMDB-AL), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Elcio Alvares (PFL-ES), Romero Jucá (PFL-RR), José Agripino (PFL-RN), Freitas Neto (PFL-PI), Bello Parga (PFL-MA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Contra a proposta votaram os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Freire (PPS-PE), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Mudança vale para as eleições de governadores e prefeitos. Já o presidente da República poderá ser eleito com 45% dos votos em primeiro turno ou com 40% dos votos válidos se alcançar diferença de 10 pontos percentuais sobre o segundo colocado

CCJ aprova fim do segundo turno

Por 14 votos a quatro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda constitucional que acaba com o segundo turno nas eleições de governador e de prefeito e fixa em 45% o percentual de votos necessari-

os para que o candidato à Presidência da República seja eleito em primeiro turno. O texto em vigor prevê maioria absoluta.

Pela proposta aprovada, de autoria do senador Júlio Cam-

pos (PFL-MT) e relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), poderá ainda ser eleito presidente o candidato que obtiver 40% dos votos - não computados, como na hipótese anterior, os em branco

Para o autor da proposta, senador Júlio Campos, experiência demonstra que segundo turno inflaciona custos das campanhas

e os nulos - desde que a diferença em relação ao segundo colocado seja igual ou superior a 10 pontos percentuais. A matéria irá a plenário, para dois turnos de votação, e, se aprovada, será submetida à Câmara

dos Deputados. Como se trata de emenda constitucional, e não de projeto de lei, a proposta não precisa ser aprovada um ano antes do pleito para vigorar nas próximas eleições.

O senador Júlio Campos afirmou, na justificativa da proposta, que a experiência tem demonstrado que o segundo turno nas eleições estaduais e municipais tem sido ineficaz para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro.

- Ao revés, verifica-se que o instituto do segundo turno de eleição tem contribuído para inflacionar os custos das campanhas eleitorais, aumentando, assim, a influência do poder econômico no resultado das

eleições - disse.

Júlio Campos acrescentou que os dois turnos favorecem o enfraquecimento partidário e a formação de acordos políticos, que, "quando não eticamente condenáveis, tendem a prevalecer só durante a campanha eleitoral, ou, se superarem essa etapa, servem apenas para o loteamento dos cargos públicos, prejudicando, desse modo, a unidade administrativa indispensável a um bom desempenho administrativo".

Em seu parecer sobre a matéria, o senador Francelino Pereira apresentou um substitutivo acolhendo a proposta de Júlio Campos e uma emenda apresentada pelo senador Frei-

tas Neto (PFL-PI), reduzindo os percentuais de votos necessários para a eleição, em primeiro turno, do presidente da República.

O texto aprovado pela CCJ prevê que a eleição do governador e do vice-governador de estado será realizada em turno único no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente. Também a eleição do prefeito e do vice-prefeito será realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao do término do mandato dos que devam suceder.

Jefferson, Freire e Dutra questionam pauta

A votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta de emenda constitucional que acaba com o segundo turno nas eleições de governador e de prefeito foi precedida de protestos dos senadores Jefferson Péres (PSDB-AM), Roberto Freire (PPS-PE) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Eles alegaram que a reunião de ontem da comissão destinava-se ao exame da reforma da Previdência, queixaram-se do fato de a matéria não constar da pauta e reivindicaram o acesso a todos os textos relativos à questão - a emenda original, o primei-

ro parecer do relator, o aditivo ao parecer emitido sobre emenda do senador Bello Parga (PFL-MA).

Jefferson Péres chegou a dizer que não via razão para que se votasse com tanta pressa a emenda. O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), pediu que, antes de a CCJ examinar a questão, se votasse em plenário a anexação, à emenda do senador Júlio Campos (PFL-MT), de outras proposições sobre o assunto.

Mas o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), lembrou que a reunião da comissão era ordinária

e que a matéria já esteve em pauta anterior, e submeteu ao plenário a decisão sobre se o fim dos dois turnos seria apreciado ou não na reunião de ontem. Por 14 votos a favor, seis contra e duas abstenções, ficou definido que a votação da emenda ocorreria imediatamente.

Vencida essa questão preliminar, os senadores debateram o mérito da proposta. Dutra disse que o PT, seu partido, poderia até ser beneficiado com o fim dos dois turnos. Mas observou que "não se pode estabelecer regras eleitorais, que vão determinar os

rumos da democracia brasileira, da mesma forma que vamos ao alfaiate tirar medidas para fazer um terno". Para o líder do Bloco Oposição, o aperfeiçoamento da democracia exige

Líder do governo, José Roberto Arruda defendeu a anexação de outras matérias que tratam do mesmo tema

estabilidade, e não regras casuísticas.

Já o senador Arruda afirmou que a instituição do segundo turno foi um avanço no sistema democrático. Ele condenou o fato de se votar a extinção

dos dois turnos para governador e prefeito após a aprovação da possibilidade de reeleição.

Roberto Freire declarou que o casuismo surgiu com a ditadura, "que mudava as regras do jogo a seu bel-prazer". Acrescentou que o fim dos dois turnos, após a aprovação da reeleição, é algo inexplicável para a opinião pública.

Também a favor da manutenção dos dois turnos para governador e prefeito, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que esse sistema é necessário numa eleição disputada por muitos partidos.

Bezerra vê retrocesso na proposta e pede rejeição

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que o fim do segundo turno para governadores e prefeitos nas eleições do ano que vem, conforme proposta aprovada na manhã de ontem na CCJ, é "uma decisão lamentável que representa um retrocesso no processo democrático brasileiro".

Segundo o senador, a proposta não será aceita pelo plenário do Senado, porque "os que têm espírito público e bom senso se juntarão para manter o segundo turno, um instrumento importante para o aperfeiçoamento democrático".

EMPAER

Carlos Bezerra lamentou a proposta de extinção da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S.A. (Empaer-MT), que, segundo ele, há anos vem prestando serviços relevantes ao estado, no apoio e assistência técnica ao pequeno produtor rural e aos trabalhadores assentados dentro do processo de reforma agrária. Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) condenou a possibilidade de o governo vir a acabar com a Embrapa, destacando que se trata de uma empresa enxuta e moderna, que produz tecnologia de primeiro mundo para a agricultura.



Bezerra aponta retrocesso



O substitutivo de Beni Veras (E) foi aprovado na reunião da CCJ, presidida por Bernardo Cabral (C)

Concluída a tramitação na CCJ, reforma da Previdência segue para o plenário do Senado, onde deverá ser votada na próxima quarta-feira

Magistrado não terá regra especial para se aposentar

O plenário do Senado deve votar na próxima quarta-feira (dia 10), em primeiro turno, a reforma da Previdência. A votação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi concluída ontem. Durante a apreciação das emendas de plenário destacadas para votação em separado, a CCJ estabeleceu, por maioria de votos e com a concordância do relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), que a aposentadoria dos magistrados obedecerá às mesmas regras definidas para a aposentadoria do servidor público civil - retirando expressão que poderia abrir espaço para a concessão de privilégios aos magistrados.

O relator aceitou sugestão do senador Roberto Freire (PPS-PE) e incorporou ao seu substitutivo, com a concordância da comissão, texto segundo o qual a Previdência Social atenderá, nos termos da lei, além de outros itens, à cobertura dos eventos de doença, invalidez e morte resultantes de acidentes de trabalho.

A CCJ rejeitou, também por maioria de votos, duas emendas destacadas pelo líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que visavam incluir a renda como fator determinante na concessão de aposentadoria. Dutra pretendia, com as emendas, permitir ao trabalhador de me-

nor renda - que, em geral, começa a trabalhar muito jovem, enfrenta maiores desgastes no exercício de sua profissão e tem uma expectativa de vida menor - aposentar-se mais cedo. Beni Veras destacou o interesse "altruístico" da proposta, mas disse que ela era inviável.

IPC

Também foi rejeitada emenda destacada por Dutra que pretendia extinguir o Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC. O líder do Bloco Oposição disse que todas as profissões têm suas especificidades, e que isso não era argumento para que em todas houvesse um regime especial de previdência. Lembrou que o parlamentar, pelas regras atuais, pode aposentar-se com 50 anos de idade e oito anos de contribuição, enquanto todos os brasileiros precisam, para aposentar-se, atingir os 60 anos de idade e contribuir durante 35 anos.

O senador Roberto Freire concordou com Dutra, afirmando que o fim do IPC daria mais credibilidade ao Congresso e seria uma demonstração concreta de que o país terá uma Previdência sem privilégios e abusos. A maioria dos membros da CCJ - 11 votos a seis -, entretanto, manteve o IPC.

Votaram pela manutenção do regime especial de previdência para os parlamentares os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), Romeu Tuma (PFL-SP), Beni Veras, Jader Barbalho (PMDB-PA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Levy Dias (PTB-MS), Bello Parga (PFL-MA), Renan Calheiros (PMDB-AL), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Regina Assumpção (PTB-MG) e José Agripino (PFL-RN).

Pela extinção do IPC, votaram os senadores José Eduardo Dutra, Roberto Freire, José Fogaça (PMDB-RS), Jefferson Péres (PSDB-AM), José Ignácio (PSDB-ES) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A CCJ aprovou emenda do senador Carlos Wilson (PSDB-PE) que permite o pagamento de obrigações de pequeno valor da Fazenda Pública independentemente de precatório. Aprovou ainda a supressão da palavra "exclusivo" no dispositivo que reduz em cinco anos a idade necessária para a aposentadoria dos trabalhadores rurais e dos que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. A sugestão foi de Roberto Freire, sob a alegação de que, no Nordeste, os trabalhadores rurais alternam períodos de trabalho em regime de economia familiar e períodos de trabalho assalariado.

Pela extinção do IPC, votaram os senadores José Eduardo Dutra, Roberto Freire, José Fogaça (PMDB-RS), Jefferson Péres (PSDB-AM), José Ignácio (PSDB-ES) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Proibição de intermediar verbas segue para a Câmara

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que proíbe governos ou empresas federais, estaduais e municipais de contratar serviços de intermediação ou "assessoramento" com vistas à liberação de verbas orçamentárias. O senador disse que sua iniciativa foi inspirada nos resultados da CPI do Orçamento, que detectou vários abusos nessa prática.

Conforme a medida aprovada, que será enviada ao exame da Câmara dos Deputados, são vedados todos os atos de gestão que tenham por objeto a contratação ou o pagamento de serviços destinados à prestação de consultoria, assessoramento ou qualquer outra forma de intermediação na liberação de verbas públicas. O administrador público acusado de permitir intermediação de verbas poderá ser processado por improbidade administrativa.

Ao defender a iniciativa, Suplicy mencionou a forma como empresas são formadas para assessorar prefeituras na liberação de verbas orçamentárias, chegando a cobrar até 30% de comissão para prestar esse serviço.

O senador também lembrou que, quando dos trabalhos da CPI do Orçamento, esse tipo de assessoramento "foi considerado lesivo aos interesses públicos". Como não houve emendas à redação do projeto, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, irá encaminhá-lo à Câmara.

JUVENTUDE

Também foi aprovado requerimento do senador Valmir Campelo (PTB-DF) com o objetivo de homenagear a juventude na primeira parte da sessão do próximo dia 23 de setembro, quando se inicia a Semana Nacional do Jovem.

Senador encaminhou requerimento para que seja ouvido o presidente do Banco Central sobre os motivos do fechamento do Banco do Estado do Amapá

Rocha reclama da liquidação de banco

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou, em plenário, ontem, contra a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá, decretada na terça-feira pelo Banco Central. O senador anunciou que vai apresentar requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos convidando o presidente do BC, Gustavo Franco, a prestar esclarecimentos.

Ele também encaminhou requerimento à Mesa para que sejam solicitadas ao BC as seguintes



Sebastião Rocha: liquidação de surpresa

informações: motivos que ocasionaram a decisão de liquidar o banco; relação das pessoas envolvidas nas irregularidades; as consequências para os correntistas da instituição; e as providên-

cias jurídicas já adotadas.

Depois de lembrar que, através do Proer, o governo socorreu várias instituições, Sebastião Rocha disse que a liquidação do Banco do Estado do Amapá veio de surpresa e também manifestou preocupação em relação aos 4 mil servidores que recebem pagamento pelo banco estadual. Ele pediu ao BC que sejam criadas condições para que os funcionários tenham seu salário assegurado. O senador defendeu ainda a união das lideranças do Amapá em defesa da instituição estadual.



Pedro Simon: "figura única"

Simon cita Betinho em defesa de Itamar

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou em discurso em homenagem a Herbert de Souza, o Betinho, feito ontem, que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, criado pelo então presidente Itamar Franco, foi o primeiro órgão público onde o governo não tinha maioria. "Quem mandava no Consea, presidido pelo bispo d. Mauro Morelli e com a participação do Betinho, eram representantes da sociedade, enquanto o governo era minoritário".

Destacando que se encontrava doente, em Porto Alegre, quando Betinho morreu, Pedro Simon leu em plenário parte de um texto de d. Mauro Morelli onde o bispo lembra que foi graças ao apoio de Itamar Franco que o Consea conseguiu levar alimentação a 2 milhões de famílias, na Campanha contra a Fome e a Miséria.

- Betinho realmente foi uma figura única. Tinha tanta autoridade que integrava o Consea e nunca deixou de criticar o governo.

Apesar de todo o sucesso da Campanha contra a Fome e a Miséria, assim que tomou posse o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Consea, lembrou Simon. "Além do carisma de Betinho, um dos motivos do sucesso da campanha contra a fome está na convocação da sociedade. Betinho é o exemplo do que pode ser feito com a sociedade. Engana-se quem acha que compete ao governo resolver tudo. Pode-se conseguir muito mais com a participação da sociedade", observou o senador gaúcho.

Benedita: audiência difícil

Benedita tenta evitar mais desemprego em estaleiro

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou ontem o fato de vir tentando, sem sucesso, marcar com o ministro da Indústria e do Comércio, Francisco Dornelles, uma audiência para lideranças do estado do Rio de Janeiro e representantes de trabalhadores em estaleiros, que desejam discutir a situação da Verolme.

Para ela, a solução de emergência encontrada há alguns meses, quando a Petrobrás acertou que os empregados do estaleiro terminariam uma plataforma de petróleo encomendada, exige outros passos para que não "haja desemprego total".

Benedita da Silva informou, por outro lado, que falou na Escola Superior de Guerra (ESG), na segunda-feira, sobre o problema da reforma agrária no país. "Além de mostrar a necessidade urgente da reforma agrária, ponderei que se engana quem imagina que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tenha cunho partidário".

A senadora disse ainda ter mostrado na ESG que o MST quer que o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpra as promessas de assentamento que fez, mas entende que não basta a distribuição das terras. "É preciso dar condições às famílias assentadas de trabalhar a terra", observou.

Ademir culpa política de governo

Ao lamentar ontem a liquidação do Banco do Estado do Amapá, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) admitiu não ter conhecimento das razões que levaram o Banco Central a tal decisão, mas entende que a atitude faz parte de uma política de governo. "A depender de Fernando Henrique Cardoso e do partido cuja orientação ele segue, o PFL, pouco restará do Estado brasileiro", afirmou.

- Ele já vendeu o parque siderúrgico, o setor elétrico, as companhias telefônicas estaduais e está tentando vender todo o sistema bancário estadual, pressionando permanentemente os governadores a se desfa-



Ademir: pouco restará do Estado

zerem dos bancos estaduais ou transformá-los em agências de desenvolvimento - afirmou.

O senador referiu-se também ao fechamento de 16 agências do Banco da Amazônia (Basa), três delas no Pará.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), falando

por um grupo de mutuários da Encol, solicitou que Ademir, como presidente da Comissão de Assuntos Sociais, esclarecesse qual o encaminhamento que a comissão dará à situação de mutuários e funcionários da empresa.

Ademir Andrade disse que está claro que a posição do governo é favorável à decretação da falência da Encol. Com isso, acrescentou, "os mutuários perderão todos os seus direitos, pois haverá um leilão dos esqueletos das obras paralisadas, cujos recursos serão prioritariamente destinados a saldar débitos trabalhistas com o governo e com os bancos. Por último, os mutuários".

Valadares sugere medida provisória no caso Encol

Com o objetivo de evitar a falência da Encol e não prejudicar os mutuários, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu ontem que o governo edite medida provisória para impedir o arresto de bens e institua uma administração em que a empresa seria gerida por funcionários, mutuários, credores e profissional indicado pelo Ministério Público. Para o senador, a falência da Encol "só interessa aos que a exauriram", pois assim poderiam mais facilmente acobertar

delitos.

"O que mutuários e funcionários desejam é o aporte de recursos, captados pelos bancos, nas cadernetas de poupança e que, por lei, devem ser destinados à construção de moradias, sob garantia hipotecária, que permitam a manutenção de empregos e a conclusão das respectivas obras", acrescentou.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu a necessidade de maior controle social sobre o



Valadares: solução por uma MP

interesse privado, para evitar que o patrimônio de contribuintes que sonham com a casa própria seja apropriado indevidamente.

Projeto oriundo da Câmara obriga a explicitar possíveis implicações no efeito de medicamento prescrito a fumante

Bula deve advertir para risco da mistura de remédio com cigarro

As bulas dos medicamentos cuja composição sofra interferência com o uso do cigarro e outros produtos que contenham nicotina deverão trazer, obrigatoriamente, advertência sobre esse fato, conforme determina projeto de lei da Câmara acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), nos termos de parecer apresentado, com duas emendas, pelo relator, senador José Alves (PFL-SE).

O projeto, que será submetido agora à deliberação do plenário do Senado, estabelece ainda que as bulas daqueles



A comissão acolheu ontem o projeto, que tem como relator o senador José Alves (D)

medicamentos deverão "conter informações suficientes para que o terapeuta, o farmacêutico e o usuário possam fazer os ajustes posológicos necessários".

José Alves lembra, em seu parecer, que a nicotina pode causar efeitos contrários à ação de drogas antidepressivas e de al-

guns tranquilizantes e que interfere na ação de drogas usadas no tratamento de úlceras. Ele salienta ainda que a associação de anticoncepcionais orais e cigarro aumenta substancialmente o risco de infarto, e que o fumo diminui a absorção de vitamina C e de insulina.

Waldeck vê Nordeste desprotegido diante do fenômeno *El Niño*

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) disse ontem que "o Nordeste não está preparado efetivamente para enfrentar os problemas" ocasionados pelo fenômeno climático *El Niño*. A região, segundo o senador, necessita de uma infra-estrutura hídrica e de condições que possam garantir a safra agrícola, o emprego do trabalhador e a renda de sua população.

- Ficou claro que o Brasil tem o que há de melhor em termos de tecnologia para previsão meteorológica, mas não faz uso adequado das informações - disse o senador, relator da Comissão Parlamentar Externa do Senado que busca medidas preventivas para proteger as regiões sujeitas aos efeitos do *El Niño*.

Waldeck Ornelas destacou que, pelas informações já obtidas, somente o estado de Santa Catarina tem planos de defesa civil definidos, com uma visão do que precisa ser feito na região Sul. "O Nor-

deste, pelo que ouvimos, só agora começa a discutir os reflexos do fenômeno", frisou.

Já o presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), disse que a comissão, no relatório final, "deverá propor medidas preventivas e mudanças no Orçamento" para que os estados e municípios tenham condições de enfrentar as possíveis consequências do fenômeno.

De acordo com informações da comissão, o *El Niño* poderá

provocar forte seca no Nordeste e intensas chuvas no Sul do país.

A comissão encerrou ontem a fase de audiências públicas, ouvindo o ministro Fernando Catão, da Secretaria do Desenvolvimento Regional, o secretário de Estado de Pernambuco, Sérgio Machado Rezende, o presidente da Fundação Cearense de Meteorologia, Roberto Sérgio Farias de Souza, e o deputado Colbert Martins Filho (BA).



Waldeck recebe relatório do secretário Sérgio Rezende, de Pernambuco

Boaventura elogia programa social de Maguito Vilela

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) disse ontem que o programa social do governador de Goiás, Maguito Vilela, é responsável pelos níveis "excepcionais" de aprovação da sua administração, registrados pelas pesquisas. "Trata-se de um projeto amparado em investimentos abrangentes, apoiados nas ações de solidariedade humana", afirmou.

- Goiás é um estado que espantou o fantasma da fome. O assistencialismo é necessário e conjuntural, já que inúmeras frentes de emprego estão sendo abertas no estado, em uma onda de investimentos que dinamiza os setores de indústria, agroindústria e serviços - assinalou.

Albino Boaventura citou o resultado de pesquisa divulgada pela imprensa esta se-



Boaventura: assistencialismo

mana, "que volta a confirmar o prestígio de Maguito Vilela junto ao povo goiano".

O senador informou que, pelo levantamento, se a eleição para o governo estadual fosse realizada hoje, o atual governador goiano seria reeleito com o índice de 53,9%, sem a necessidade de um 2º turno, enquanto o segundo colocado ficaria com 14%.

TV SENADO HOJE

7h - Entrevista com o senador Romero Jucá

8h - Debate sobre os limites da imprensa

Convidados: Senador José Fogaça

Professor Luiz Humberto (UnB)

9h30 - Entrevista com o senador Romero Jucá (reapresentação)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos - ao vivo

14h30 - Plenário ao vivo

Em seguida: Reunião da Comissão do *El Niño*, realizada ontem (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, ao vivo

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - Informativo "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária, ao vivo

Em seguida: Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

00h - Sessão plenária (retransmissão)

Em seguida: Música e informação

Ao citar artigo de Lula, o senador condenou postura passiva do empresariado brasileiro, que, para ele, deveria ver como age a iniciativa privada no exterior e questionar o governo

Suplicy chama empresários à ação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que os empresários brasileiros, principalmente os que têm posição de liderança, em vez de se deixarem levar pelos *slogans* da retórica da globalização e "manterem uma postura passiva diante da política econômica do governo", deveriam observar com mais cuidado o que os países desenvolvidos fazem de fato em matéria de política industrial.

Suplicy disse que observações idênticas foram feitas por Luiz Inácio Lula da Silva em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* no último dia 17, intitulado "A antipolítica industrial". Esse artigo, conforme explicou, recebeu resposta do senador Fernando

Bezerra, presidente da Confederação Nacional da Indústria", em artigo no mesmo jornal, cinco dias depois.

Na opinião de Suplicy, Lula teve toda razão ao dizer que a política do governo obriga os empresários brasileiros, inclusive os da indústria, a competir em condições desiguais com importações e empresas estrangeiras.

- Não é verdade que a globalização elimina os vínculos das empresas com os seus países de origem - disse o senador, citando Lula. Segundo Suplicy, pesquisas demonstram que as empresas ditas "transnacionais" conservam um centro de gravidade claramente identificável,



Suplicy: "A antipolítica industrial"

concentrando "as atividades geradoras de maior valor adicionado e aspectos estratégicos, como pesquisa e desenvolvimento, na sua base nacional".

BETIM

Em outro pronunciamento, Eduardo Suplicy pediu que o

delegado da cidade mineira de Betim procure "qualquer pessoa que tenha informações relevantes" para a identificação dos autores do atentado praticado contra o prefeito Jéssus Lima.

Suplicy explicou que participava em Betim, junto com o prefeito, de uma reunião sobre o orçamento municipal em educação, quando um homem ainda não identificado entrou no recinto da reunião, perguntou a outras pessoas sobre quem era o prefeito, dirigiu-se a ele e, à queima-roupa, desferiu-lhe cinco tiros. "Jéssus Lima está internado e sua situação ainda é crítica", lamentou.

Suassuna: situação é grave

Suassuna apela por produtor de sisal na PB

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem o apoio dos governos federal e da Paraíba à recuperação da lavoura de sisal no estado, que, a seu ver, "passa por uma situação de quase calamidade pública".

Para Suassuna, o problema não é meramente econômico, mas social, para 100 mil brasileiros que dependem desta lavoura. "Os sisalicultores não pedem favores: pedem socorro - só querem poder viver daquilo que sabem e podem fazer", enfatizou.

De acordo com o senador, a Associação dos Produtores de Sisal do Curimatá e Seridó Paraibano enviou carta ao presidente da República reivindicando a continuidade do Programa de Difusão e Incentivo à Utilização do Sisal como Matéria-Prima e a liberação de recursos para melhoria da infra-estrutura da Embrapa e das universidades federais da Paraíba e da Bahia, entre outros pedidos. Outra exigência deles é o reajuste do preço mínimo fixado pela Conab.

O senador solicitou a Fernando Henrique resposta, por meio de ações concretas, a esses paraibanos. "Será que por serem pequenos e médios produtores do interior nordestino devem ser deixados ao abandono?", questionou.

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apoiou o discurso de Suassuna reforçando a necessidade de somar esforços para solucionar esses problemas enfrentados na Paraíba.

Dutra: PT mostrou maturidade ao não definir candidato agora

Além de derrotar a expectativa de que o PT sairia da reunião rachado, o encontro realizado no fim de semana mostrou um partido maduro, apesar de ter apenas 17 anos. A análise do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ontem, introduziu seu relato do encontro em que se reelegeu o presidente do partido, José Dirceu.

- Naturalmente, houve debates acalorados, próprios de um partido que não tem chefes nem caciques - observou Dutra, destacando que havia delegados na defesa da candidatura de Lula à Presidência da República, como havia os que achavam que



Dutra: partido não aceita imposições

as alianças do partido deviam limitar-se às esquerdas. "O PT demonstrou que quer debater com os aliados sem levar-lhes o prato feito, porque mais importante que discutir o candidato é discutir o programa de governo", esclareceu.

Dutra considera que num ges-

to de maturidade o PT decidiu não apresentar já candidato a presidente da República. "Nosso partido tem pessoas dentro desse perfil, mas não queremos condicionantes ou imposições em relação a nomes", frisou.

Em apêndices, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) cumprimentou o PT pelo resultado do encontro e disse que, se os partidos conservadores se unem em torno de seus candidatos, os da oposição devem fazer o mesmo. A senadora Júnia Marise (PDT-MG) classificou a iniciativa do PT como "uma lição de como se faz democracia". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a necessidade de aliança das oposições.



Marina: "crime bárbaro" no Acre

Marina Silva lamenta a morte violenta de teatrólogo

A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou ontem a morte do teatrólogo Beto Rocha, "vítima por crime bárbaro no último dia 31". Conforme a senadora, ele, que "teve a coragem de continuar vivo de sua arte, era um dos raros sustentáculos do movimento cultural do Acre".

A senadora disse que Beto Rocha vivia o sonho de produzir arte regional, tendo obtido vários prêmios nessa atividade. "Sua morte em condições de violência completa revela o grau de degradação social no estado." Marina garantiu que os amigos e os que conviveram com ele continuarão mantendo vivos os sonhos e os ideais do teatrólogo.

EXECUTIVA DO PFL PARABENIZA ACM PELO ANIVERSÁRIO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que completa hoje 70 anos, recebeu ontem os cumprimentos da executiva do Partido da Frente Liberal (PFL). Em nome dos parlamentares presentes, falou o deputado José Jorge (PE), presidente do partido. Os senadores Hugo Napoleão (PI) e Waldeck Ornelas (BA) participaram do encontro.



A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, CARLOS PATROCÍNIO, VALMIR CAMPELO E OTONIEL MACHADO